

# A força do cooperativismo

Augusto Bernardo Sampaio Cecílio

Através do tempo o homem conquistou seu próprio espaço. Criou a máquina manual e, logo após, a máquina a vapor, quando se iniciou o processo industrial. Em meados do século 18 surgiu a chamada Revolução Industrial. A mão-de-obra perdeu grande poder de troca. Os baixos salários e a longa jornada de trabalho trouxeram muitas dificuldades socioeconômicas para a população. Diante desta crise surgiram, entre a classe operária, lideranças que criaram associações de caráter assistencial. Esta experiência não teve resultado positivo.

Com base em experiências anteriores, buscaram novas formas e concluíram que, com uma organização formal chamada cooperativa, com a participação dos interessados, as dificuldades poderiam ser superadas, desde que fossem respeitados aos valores do ser humano e praticadas regras, normas e princípios próprios. Reuniram-se 28

pessoas, a maioria tecelões. Discutiram, analisaram e avaliaram as idéias. Respeitaram os costumes e as tradições e estabeleceram normas e metas para a organização de uma cooperativa. Após um ano de luta acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo em Rochdale (Inglaterra), em 21/12/1844, com o nome "Rochdale Society of Equitable Pioneers" ou seja: Sociedade Rochdale dos Pioneiros Equitativos. E assim foi criada a primeira cooperativa de consumo, com base nos princípios cooperativos.

Segundo José Horta Valadares e baseado em dados da ACI (Aliança Cooperativa Internacional), estima-se que 800 milhões de pessoas são associadas de cooperativas em todo o mundo. Além disso, pelo fato de os negócios cooperativos serem importantes não somente para seus associados e funcionários, mas

também para seus familiares, o total de pessoas que, direta e indiretamente, têm suas vidas ligadas ao cooperativismo é estimado em 3 bilhões, o que representa a metade da população mundial.

Em muitos países, como a Áustria, Canadá, Chipre, Finlândia, Israel, Uruguai, França, Bélgica, Noruega, Dinamarca, Índia, Japão, Malásia, Portugal, Sri Lanka e Estados Unidos os associados de cooperativas atingem elevadas proporções em relação à população total e, em termos econômicos, o movimento cooperativista mundial é bastante significativo. Nos países em desenvolvimento a exportação de produtos agrícolas gerados por cooperativas possui uma participação entre 10% a 20% do PIB e os empreendimentos cooperativos estão presentes em todas as áreas da atividade econômica e, praticamente em todos os países, o cooperativismo se destaca em pelo menos uma área.

Quarenta e três por cento do crédito rural da Índia é viabilizado pelas cooperativas de crédito ou pelos bancos coo-

perativos. No Brasil, um terço dos médicos são associados à maior cooperativa médica da América Latina. São inegáveis as vinculações entre a filosofia e a prática empresarial cooperativista e as necessidades e os desafios atuais do desenvolvimento da humanidade. A livre adesão, expressão máxima da liberdade de expressão sem discriminação de raça, credo ou religião. O controle democrático dos cooperados, que se soma à distribuição equânime da riqueza gerada pela economia cooperativa, base da democracia econômica e em franca oposição a acumulação de riqueza e francamente favorável ao fortalecimento social e político das comunidades. Outro princípio cooperativo nos remete à chave do mundo moderno: a educação, o único acesso ao conhecimento e as tecnologias de todos os tipos e para todas as finalidades. A convivência comunitária preconizada pelo cooperativismo como modelo de um novo comportamento que se opõe à exclusão global e à ruptura cultural entre os povos.

As necessidades do mundo

moderno se enquadram no mesmo conjunto de valores que o cooperativismo vem depurando há mais de 150 anos, em torno do valor maior, qual seja a promoção de um ambiente social no qual a humanidade seja o centro das considerações para um desenvolvimento sustentável e voltado à paz.

A despeito de todas as considerações de ordem prática decorrentes do fato e ser um empreendimento negociável de natureza econômica, o cooperativismo demonstra que a natureza do econômico só se completa na dimensão social da vida em comunidade e que é possível gerar desenvolvimento econômico sem exclusão, desemprego, concentração de renda e fome.

AUGUSTO BERNARDO SAMPAIO CECÍLIO é auditor fiscal da Sefaz (Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas) e coordenador do PEF (Programa de Educação Fiscal no Estado). E-mail: augustosefaz@hotmail.com

## FIQUE PORDENTRO

### PRESIDENTE DA INFRAERO DEFENDE CAPITAL ABERTO

**O presidente da Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), Cleonilson Nicácio Silva, disse quinta-feira, 9, que espera que o governo abra o capital da empresa para que o setor de administração de aeroportos seja fortalecido no país. "Compete ao governo definir o que quer com a Infraero. Se decidir pela abertura de capital, esperamos que a Infraero se fortaleça e possa ser uma Petrobras. Uma Petrobras da estrutura aeroportuária", disse, ao participar de audiência pública sobre o assunto no Senado. Segundo ele, a abertura de capital vai permitir que a empresa busque recursos no mercado e também possa "ir ao exterior buscar aeroportos para serem administrados por nós", disse.**

## FRASES

**No Brasil, que não formava um doutor há 40 anos, formar 13 mil já é um número muito grande**

**SÉRGIO REZENDE, ministro da Ciência e Tecnologia, prevendo que, ao fim de 2010, entre 13 mil e 14 mil mestres e doutores devem ser formados.**

**Então, não há como dizer que vamos cortar essas emissões. O que vamos é buscar reduzir ao máximo o impacto dessas emissões**

**LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, diretor do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty, explicando que para os países em desenvolvimento é muito mais complicado reduzir a emissão de gases.**

**Estamos num momento de transição mundial em direção a um mundo multipolar, com o exercício político em todas essas esferas**

**MARCO AURÉLIO GARCIA, assessor para assuntos internacionais da Presidência da República, defendendo, em nome do governo brasileiro, relações mais abertas e plurais entre os países.**

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião do Jornal do Comércio. O JdC não se responsabiliza pelo resultado do uso de suas informações em operações financeiras.

# Sistema Lean na gestão hospitalar é tendência mundial

José Roberto Ferro

Hospitais bem administrados sempre geram benefícios múltiplos: primeiro, é claro, para pacientes, que são obviamente mais bem atendidos. Mas também há a vantagem evidente para o "negócio hospitalar", um setor que gera milhões de empregos e renda em todo mundo.

No Brasil, com mais de 7.600 hospitais até agosto do ano passado, segundo dados da Federação Brasileira de Hospitais, a gestão hospitalar é um campo fértil e ainda pouco cultivado. Mas já há boas iniciativas e caminhos a se seguir.

É o caso, por exemplo, da ação pioneira de um dos mais importantes centros médicos do país, o Hospital e Maternidade São Camilo Pompeia, de São Paulo, um dos primeiros a adotar em sua gestão o Sistema Lean, também conhecido como Sistema Toyota.

Trata-se da filosofia de produção criada pela montadora japonesa que prega a eliminação total de qualquer processo produtivo que não agregue valor ao produto -o chamado desperdício-, um sistema que revolucionou a indústria automotiva e vem sendo co-

piado por empresas de todos os tamanhos e segmentos -incluindo as da área da saúde, como os hospitais.

No ano passado, por exemplo, a Unidade Pompeia da Rede São Camilo economizou 200 mil dólares ao aplicar o Sistema Lean no SADT (Serviço de Apoio ao Diagnóstico e Tratamento).

Só na área de imagens do São Camilo, o Sistema Lean diminuiu a quantidade de filmes em estoque de 8.557 para 2.283 filmes -uma economia de R\$ 71 mil. A aplicação do sistema também liberou dois espaços para o hospital: uma sala de 4,5 metros quadrados, onde ficava um almoxarifado, e outra de 4 metros quadrados, que armazenava suprimentos.

No Centro Cirúrgico, a implementação piloto do Sistema Lean em uma das salas trouxe ganhos significativos em qualidade, produtividade, segurança, controle de demanda por tempo, economia de recursos e redução da possibilidade de erros. A eliminação de etapas desnecessárias no processo da cirurgia fez com que o intervalo de tempo entre as cirurgias caísse de 1h30min para 30min. Com isso, o hospital "ganhou" o equivalente a cinco salas cirúrgicas no horário nobre

(7h às 19h). Os resultados estimados representam uma economia em processos de R\$ 2 milhões e um aumento em até 30% na produtividade.

O hospital informou que o Sistema Lean foi utilizado para "rever os processos e corrigir os gargalos existentes" para, assim, "garantir a satisfação do cliente, aumentar o valor agregado do serviço e eliminar os desperdícios."

Além de destacar tais indicadores, o diretor administrativo da Unidade, Emanuel Toscano comemorou o que ele intitulou como "o principal resultado" da implementação do Sistema Lean no São Camilo: "a integração das pessoas e a percepção do papel de cada uma na cadeia de valor em que está inserida."

No ano retrasado foi a vez da Medial Saúde, um dos maiores conglomerados do mercado de saúde complementar no país, anunciar de forma pioneira o treinamento mais de 800 funcionários no Sistema Lean. Na ocasião o grupo afirmou que tal decisão era "essencial no processo de expansão da companhia, na área hospitalar e laboratorial".

Fora do Brasil, a tendência é similar. Em novembro do ano retrasado o especialista norte-americano Guy C. Parsons veio ao Brasil e detalhou a

aplicação do Sistema Lean em dois dos mais importantes centros médico-hospitalares dos Estados Unidos: a Mayo Clinic, um dos mais importantes centros de serviços clínicos e hospitalares, em Rochester-Minnesota; e também o case do Mass General Hospital, uma das mais antigas instituições hospitalares em inovação tecnológica.

Outro caso interessante é do Flinders Medical Centre, um hospital público e também escola de medicina do Sul da Austrália que vem conquistando bons resultados com a aplicação do lean. E recentemente ocorreu na Inglaterra uma conferência internacional sobre o "Pensamento Enxuto" aplicado no ramo da saúde.

JOSÉ ROBERTO FERRO é presidente do Lean Institute Brasil ([www.lean.org.br](http://www.lean.org.br)), entidade sem fins lucrativos criada para disseminar no Brasil o Sistema Lean inspirado no Modelo Toyota; é "senior advisor" do Lean Enterprise Institute, dos EUA, e membro do Board da LGN (Lean Global Network). Mais informações: Lean Institute Brasil ([www.lean.org.br](http://www.lean.org.br)).

# Liberdade de expressão

Evandro Brandão Barbosa

Libertar a expressão é uma vontade constante de muitas pessoas. Quando se estabelecem parâmetros de arbitrariedade e de opressão, pedem-se justiça e liberdade, porque o ser humano quer e precisa ser livre para expressar-se nos seus mais variados aspectos. Daí, a liberdade de expressão ter sido claramente citada nos artigos 5º e 220 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para que não houvesse dúvida sobre esse direito.

No entanto, se o bom senso, como pensava Descartes, é algo que todo mundo acha que tem o suficiente e não precisa de mais um pouco, a liberdade de expressão grita dentro de cada um como algo sempre insuficiente; todos querem falar o que pensam, externar os seus inconformismos, declarar o que faz bem, mostrar arte falada, escrita, gestual, musicada etc. Atualmente, expressar-se é algo cada vez mais visceral, mais veloz, mais vital. Assim o perigo se instala, porque nem sempre é fácil associar a

liberdade de expressão aos costumes, à cultura e aos valores de uma sociedade. Nem sempre é possível compreender o limite da liberdade de expressão, principalmente quando se subverte a ordem hierárquica do direito.

A liberdade de expressão é magna, mas não é algo estabelecido ou dado por um governo; a liberdade, de um modo geral, é uma conquista do povo, é resultado da vontade do povo, não é originária de poderes estabelecidos. Então, a liberdade de expressão constante do Capítulo I da Constituição Federal -Dos direitos e deveres individuais e coletivos- é uma conquista dos cidadãos brasileiros, mas deve subordinar-se à moral, aos costumes e à cultura da sociedade brasileira. Ter liberdade para se expressar, dessa forma, cria as suas contrapartidas que são o direito de ouvir as respostas e o direito amplo de defesa.

A liberdade de imprensa, por exemplo, é interna ao escopo da liberdade de expressão. Ou seja, a primeira

subordina-se à segunda. Ser profissional com o dever de informar representa poder, mas não exige quem quer que seja de manter o respeito pela cidadania e pelos cidadãos. O direito de resposta é claro na lei maior, assim como o direito de silêncio é facultado àqueles que se sintam ofendidos e preferam não responder para não supervalorizar pessoas que falam burocraticamente (sem fundamentos), como dizem os angolanos.

Nesse contexto de apreciação da liberdade de expressão, pode-se até mesmo imaginar um equívoco intencional dos legisladores que decidiram pela não-necessidade do Certificado de Formação Superior de Jornalista para o exercício da profissão de jornalista. O doutrinador, se é que se pode chamar assim, parece ter julgado o dever de informar como algo tão laico à humanidade, que acredita não ser necessário a certificação do estudo superior para ser jornalista. Pensar que no passado muitas pessoas trabalhavam com informação

e eram excelentes profissionais, os quais jamais estudaram em qualquer faculdade, não deve ter sido o principal parâmetro para tal tomada de decisão. Aquelas pessoas possuíam um conhecimento de humanidades estruturado desde a formação familiar, a prática de leituras, a estruturação e concatenação de idéias aliadas a um nível de inteligência elevado. Paralelo a todas estas características, entende-se que as normas sociais e as leis atuais diferem daquelas do passado. Atualmente, a certificação no estudo superior para o exercício de uma profissão é condição social e legalmente estabelecida como garantia de eficácia no desenvolvimento de um trabalho profissional.

O arbítrio foi mascarado pela liberdade de expressão outorgada aos legisladores, enquanto responsáveis pela definição dos destinos profissionais de milhares de pessoas que, no Brasil, estudam e se especializam para melhor informar à sociedade diuturnamente. O legislador

não pensou em como ficarão especialistas, mestres, doutores e pós-doutores em jornalismo, uma vez que a nova lei autoriza o exercício da profissão sem a necessidade de certificar-se em um curso superior de jornalismo.

Ampliar o poder de todos para lidar com a informação, talvez tenha sido a estratégia utilizada pelo poder político para reduzir, ou mesmo eliminar a capacidade de o profissional do jornalismo acelerar a criação de vontade política, a capacidade de incentivar a sociedade a desenvolver consciência crítica; agora, como qualquer um pode exercer a profissão de jornalista, ficará mais fácil para alguns atores sociais protagonizarem suas peças sem a criticidade dos verdadeiros jornalistas.

EVANDRO BRANDÃO BARBOSA é economista, administrador, mestre em educação e professor de ensino superior em Manaus. E-mail: [evandrob@bol.com](mailto:evandrob@bol.com).